

## FORMAÇÃO CONTINUADA EM UM INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO<sup>1</sup>

Leticia Cavassana Soares<sup>2</sup>

Laize Dalla Bernardina Monteiro<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta como objetivo compreender a importância da formação continuada sobre educação inclusiva em um *campus* do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Como percurso metodológico, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória com dados produzidos em um encontro de formação continuada com os educadores do instituto. As análises se sustentaram nos pressupostos de Rogério Drago e Rutiléa Portes (na abordagem da educação inclusiva) e de Antônio Nóvoa (no que se refere à formação docente). Os dados indicam, nesse movimento, o reconhecimento da reflexão e qualificação dos debates, concepções e práticas educacionais, especialmente no que concerne à inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação Inclusiva. Educação profissional. Plano Nacional de Educação.

### INTRODUÇÃO

A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008a) prevê como modalidade de ensino a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), para atender ao compromisso constitucional com a educação básica, e entende como responsabilidade dos governos a estruturação de meios de acesso e permanência dos estudantes nas instituições. O Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes, que traça objetivos e metas para o período 2014-2019 (IFES, 2014), em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b), apresenta como balizador do planejamento estratégico institucional a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas, a partir do compromisso com a valorização do humano e atendimento às demandas sociais.

No diálogo com as metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), notamos a necessidade de investimentos na educação brasileira, especialmente no que diz respeito

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa culminou de Trabalho de Conclusão do Curso Formação em Procedimentos Básicos para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pedagoga do Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* Aracruz (ES).

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Psicóloga do Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* Aracruz (ES).

à Meta 4 (que visa universalizar o acesso às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino), à meta 11 (que pretende triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio) e à meta 16 (que trata do direito de garantir formação continuada aos profissionais da educação).

Nessa busca, reconhecendo a importância de oferecer formação continuada sobre a temática aos educadores, a partir do compartilhamento de saberes entre os profissionais, tal como preconiza Nóvoa (2009), no dia 02 de fevereiro de 2018 foi realizado no *campus* Aracruz – Espírito Santo, durante a Reunião Pedagógica Inicial, um encontro sobre Educação Inclusiva com enfoque nos estudos sobre a surdez. Tal formação foi ministrada pela recém contratada Tradutora e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), demarcando a importância da Lei 10.436 (BRASIL, 2002), que oficializa a Libras como segunda língua oficial do Brasil, assim como traz como referência a concepção do surdo fortemente ligada à diversidade cultural e linguística, em que o surdo possui uma língua e cultura próprias (LOPES, 2007).

Assim, este trabalho, cujo objetivo é compreender a importância da formação continuada sobre educação inclusiva em um *campus* do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), surge a partir do contexto de reformulação e alinhamento da proposta pedagógica institucional à perspectiva inclusiva, a partir do reconhecimento da importância da reflexão e qualificação dos debates, concepções e práticas em educação.

## **PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NO DIÁLOGO COM OS DADOS**

Este estudo se define como uma pesquisa qualitativa exploratória, que de acordo com Gil (2002, p.41), “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Além disso, há uma grande flexibilidade no planejamento das ações, uma vez que vários aspectos relacionados ao tema de estudo são considerados. Dessa forma, o percurso metodológico realizado envolveu o acompanhamento e registro desse encontro de formação.

Para ancorar nossas análises, nos apoiamos nas concepções de Drago (2014) na abordagem da educação inclusiva e, abarcando mais especificamente a inclusão escolar na rede de educação profissional e tecnológica, as propostas apresentadas por Portes



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

(2017). Esses referenciais colaboram na compreensão da inclusão de alunos com deficiência na escola, proporcionando reflexões pertinentes no que se refere às formas de trabalho com os estudantes que precisam de um atendimento educacional especializado. Como estamos tratando da educação inclusiva no contexto da formação continuada de educadores, trabalhamos com os pressupostos de Nóvoa (2009), que vêm assinalando a importância de mobilizar processos formativos baseados na partilha de saberes entre pares profissionais. Na interface com essa organicidade, o autor enfatiza a docência como projeto coletivo na relação com a escola enquanto espaço formativo, afirmando a necessidade de pensar a instituição educativa como locus privilegiado de formação (NÓVOA, 2009).

Os dados produzidos no desenvolvimento desta pesquisa culminaram de uma reunião pedagógica realizada com docentes e com servidores ao início do ano, anteriormente ao período letivo. Com esse encontro, o setor pedagógico visou dar as boas-vindas ao grupo de educadores, compartilhando informações pertinentes que visam subsidiar o desenvolvimento das ações docentes durante o ano. Além disso, como ocorre em dois dias, comumente há um momento destinado à formação continuada dos profissionais que trabalham com o ensino no *campus*, de modo a propiciar a troca de saberes e aprimorar a prática com os estudantes. Neste ano de 2018, conforme já mencionado, a intérprete de Libras ministrou uma formação sobre educação inclusiva com foco na surdez. Esse encontro reuniu 36 professores e 5 servidoras, totalizando assim 41 profissionais.

Considerando as interações durante o momento de formação, notamos o interesse e envolvimento dos educadores em relação ao tema, fazendo intervenções durante a apresentação da intérprete. Além disso, houve um reconhecimento da importância de participar desse processo de formação antes da chegada de um aluno surdo, para que ao menos algumas informações já tenham sido disponibilizadas anteriormente à instituição iniciar um trabalho com esse público-alvo. Nesse sentido, observamos também que, embora não tenhamos alunos com deficiência matriculados atualmente no *campus*, entendemos que as necessidades específicas do conjunto de alunos que integram o instituto devem ser atendidas. Nesse sentido, como afirma Drago (2014, p.89), “[...] a

inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige da escola novos posicionamentos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, considerando a participação dos educadores quanto à formação ofertada, compreendemos que esse momento foi considerado de suma importância para os docentes e os servidores que participaram desse processo formativo, uma vez que o tema da educação inclusiva perpassa o trabalho educativo. Assim, concordando com Portes (2017, p. 18), “[...] a inclusão e a acessibilidade em todas as suas segmentações devem ser inseridas como um tema transversal, que naturalmente acompanha a concepção de cada instituição, como um caminho à efetivação de uma rede inclusiva e integrada”. Nesse sentido, apostamos na escuta, no compartilhamento e na coletividade, entendendo os espaços de reflexão, formação e acolhida como importantes estratégias de qualificação dos debates, concepções e fazeres, além da valorização do trabalho colaborativo e dos saberes e experiências dos profissionais implicados no cotidiano da instituição. Portanto, advogamos a necessidade de investimentos em projetos de formação continuada com base nas metas do PNE para subsidiar a prática docente, perspectivando um ambiente escolar mais igualitário e que atenda às necessidades específicas de todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2008a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008b. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº.10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em: 21 mar. 2018.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014 – 2019. Disponível em: <[http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/consultas/2015/PDI/plano\\_de\\_desenvolvimento\\_institucional\\_atualizada.pdf](http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/consultas/2015/PDI/plano_de_desenvolvimento_institucional_atualizada.pdf)>. Acesso em 01 mar. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Maura Corsini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NÓVOA, Antônio. Professores: Imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

PORTES, Rutiléia Maria de Lima Portes. Inclusão escolar na rede de educação profissional e tecnológica: procedimentos básicos para a sistematização das ações de inclusão e atendimento aos estudantes com necessidades específicas. Amazonas: Dalmir Pacheco de Souza, 2017.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>